

## O Atlas UNESCO das Línguas do Mundo como instrumento de divulgação da diversidade linguística brasileira /

### *The UNESCO World Atlas of Languages as a Tool for Promoting Brazilian Linguistic Diversity*

*Kerolyn Pereira Sarate\**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pampa. Integrante do Grupo Geopolíticas do Multilinguismo, vinculado à UCLPM. Pesquisadora pelo Programa de Excelência Acadêmica (CAPES/PROEX).

 <https://orcid.org/0009-0003-0705-5418>

*Emanuelli Vieira de Oliveira\*\**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (UFSC), Santa Catarina, Brasil. Graduada em Letras –Licenciatura e Bacharelado em Língua Francesa (UFSC). Assessora de projetos do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE/UFSC) e integrante do Grupo Geopolíticas do Multilinguismo, vinculado à UCLPM.

 <https://orcid.org/0009-0006-7181-6957>

*Gabriel Plácido Campos \*\*\**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Graduado em Letras Tradução –Inglês-Português pela Universidade Federal de Pelotas. Integrante do Grupo Geopolíticas do Multilinguismo, vinculado à UCLPM. Pesquisador apoiado financeiramente pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

 <https://orcid.org/0000-0003-0092-9437>

**Recebido** em 26 fev. 2025. **Aprovado** em: 08 abr. 2025.

#### **Como citar este artigo:**

SARATE, Kerolyn Pereira, OLIVEIRA, *Emanuelli Vieira de*, CAMPOS, Gabriel Plácido. O Atlas UNESCO das Línguas do Mundo como instrumento de divulgação da diversidade linguística brasileira. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 14, n. 2, e-6361, mai. 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15708100

---

\*

 [kerolynsarate14@gmail.com](mailto:kerolynsarate14@gmail.com)

\*\*

 [em.v.olive@gmail.com](mailto:em.v.olive@gmail.com)

\*\*\*

 [gabrielpacidocampos@gmail.com](mailto:gabrielpacidocampos@gmail.com)

## RESUMO

A difusão do conhecimento científico foi, por muito tempo, um aspecto secundário ou até negligenciado na esfera acadêmica. Com vistas a superar esse cenário, a divulgação científica emerge, gradativamente, como um movimento de transmissão do conhecimento científico em um modelo unidirecional e vertical, no qual o cientista assume o papel de emissor e o público em geral, de receptor. Mais recentemente, a divulgação científica tem progredido para uma abordagem dialógica e participativa – ou seja, um modelo bidirecional e horizontal. O campo da Linguística, no entanto, ainda enfrenta desafios em razão de sua constituição como ciência historicamente marcada pelo distanciamento daqueles considerados leigos. Nessa conjuntura, o Atlas UNESCO das Línguas do Mundo surge como instrumento de popularização do conhecimento linguístico, promovendo a conscientização da diversidade linguística e a participação do público antes menosprezado. Dessa forma, pretende-se abordar, neste artigo, o Atlas UNESCO das Línguas do Mundo como ferramenta de popularização da linguística, mais especificamente acerca de sua metodologia de produção colaborativa entre pesquisadores e o público não linguista – público este composto, muitas vezes, por falantes de línguas minorizadas sob a concepção de monolinguismo instaurada e consagrada no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Divulgação Científica; Popularização da Linguística; Atlas UNESCO; Diversidade Linguística.

## ABSTRACT

*The dissemination of scientific knowledge has long been a secondary or even neglected aspect within the academic sphere. To overcome this scenario, scientific dissemination has gradually emerged as a movement for transmitting scientific knowledge in a unidirectional and vertical model, in which the scientist assumes the role of sender and the general public that of receiver. More recently, however, scientific dissemination has progressed toward a dialogical and participatory approach – namely, a bidirectional and horizontal model. The field of Linguistics, however, still faces challenges due to its historical constitution as a science marked by the distancing of those considered laypersons. In this context, UNESCO World Atlas of Languages emerges as an instrument for the popularization of linguistic knowledge, promoting awareness of linguistic diversity and the participation of a previously overlooked public. Thus, this article aims to discuss UNESCO World Atlas of Languages as a tool for the popularization of Linguistics, specifically regarding its methodology of collaborative production between researchers and the non-linguist public – a public that often consists of speakers of marginalized languages under the monolingual conception established and reinforced in Brazil.*

**KEYWORDS:** Scientific Dissemination; Linguistics Popularization; UNESCO Atlas; Linguistic Diversity.

## 1 Introdução

A construção do conhecimento científico a partir de um movimento de publicação e circulação não é novidade. Historicamente, esse método não só contribuiu para o progresso das pesquisas acadêmicas, mas também permitiu o desenvolvimento da ciência através do registro e da conservação do conhecimento. Contudo, é evidente que, em larga escala, esse conhecimento ficou restrito à esfera acadêmica, alienando a população tanto do processo de construção quanto do acesso à produção.

No intuito de romper com essa metodologia, a *divulgação científica* surge ao tentar aproximar o conhecimento produzido na esfera acadêmica da sociedade. Inicialmente, esse processo é realizado majoritariamente em um modelo unidirecional (Flores; Gomes, 2014; Marcuzzo, 2024) – isto é, em sentido único e vertical. Mais recentemente, no entanto, a divulgação científica tem transcendido a mera transmissão de informações para um público supostamente

leigo. Essa nova perspectiva abre portas para que a população em geral possa não só ter pleno acesso ao conhecimento, mas também contribuir na participação em um modelo bidirecional (Flores; Gomes, 2014), estabelecendo uma relação horizontal de produção.

A Linguística, como um campo do saber científico relativamente novo, ainda apresenta desafios na sua popularização. Isso porque, conforme Rajagopalan (2003), a Linguística surge em um movimento de oposição ao pensamento corrente à época de senso comum no tratamento da linguagem. Consequentemente, a soma dos fatores de distanciamento dos linguistas e de exclusão dos indivíduos não linguistas fez com que estes ficassem “cada vez mais isolados e vistos como quem pouco ou nada têm para contribuir” (Rajagopalan, 2003, p. 102).

Nesse contexto, o Atlas UNESCO das Línguas do Mundo emerge como uma ferramenta imprescindível para a popularização do conhecimento linguístico, visto que, além de transmitir informações sobre a diversidade linguística, incorpora a concepção de popularização da ciência ao trazer, também, para a pesquisa linguística, o saber do público não linguista. Logo, este artigo tem como objetivo abordar como a popularização linguística acontece no âmbito do Atlas UNESCO das Línguas do Mundo e como ela beneficia não somente o campo do saber da Linguística enquanto ciência, mas também a formação de opinião pública que pode fomentar ações de planejamento linguístico e políticas linguísticas.

Dessa forma, vale destacar a importância do Atlas UNESCO na divulgação linguística no cenário global e regional, uma vez que as informações científicas a respeito das línguas brasileiras nele divulgadas podem incentivar o desenvolvimento de uma gama de políticas linguísticas e políticas públicas voltadas a línguas que são, muitas vezes, marginalizadas sob o olhar de que o Brasil é um país monolíngue, o que não reflete a realidade evidenciada pela diversidade de línguas indígenas, de imigração, afro brasileiras e de sinais presentes no território nacional.

## 2 A popularização da ciência e da Linguística

A popularização do conhecimento não se restringe à mera disseminação indiscriminada de informações. Torná-lo popular implica intencionalidade: como, por que e para quem a informação será transmitida. No campo do conhecimento científico, a noção de popularização da ciência pode remeter à ideia de algo distante da vida cotidiana, marcado por terminologias complexas e acessível apenas a especialistas. No entanto, o processo de democratização da

ciência perpassa essa perspectiva, exigindo estratégias que tornem seus conceitos compreensíveis e socialmente relevantes de modo a promover o desenvolvimento em áreas como a inovação tecnológica, a preservação cultural e histórica, a educação, o engajamento e a consciência pública, bem como assegurar a cidadania.

Grillo, Giering e Motta-Roth (2016) abordam a divulgação científica enquanto um discurso dinâmico e interdependente entre ciência e sociedade. As autoras tratam de diferentes abordagens da divulgação do discurso científico a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema. A abordagem pioneira de Authier-Revuz (1998 [1982]) considera uma operação de tradução<sup>1</sup> o ato de modificar o discurso científico para um discurso mais popular e midiático que necessita de reformulação para ser entendido. Essa reformulação leva em conta elementos e características metalinguísticas que podem criar uma barreira entre o discurso de especialistas e o público leigo, o que resulta em um discurso heterogêneo que “coloca em contato o diálogo rompido entre a comunidade científica e a esfera pública” (Grillo; Giering; Motta-Roth, 2016, p. 4). Para a autora, há uma coexistência de dois discursos dentro do contexto da divulgação científica: o discurso científico que é preciso, racional e erudito e ocorre no nível da comunicação entre especialistas e o discurso cotidiano que é incerto e aproximado. Cataldi (2007) sugere um olhar nessa mesma linha, segundo o qual a divulgação científica consiste em “um processo reformulativo contínuo” em que o discurso científico é reformulado para públicos específicos e inclui três procedimentos discursivos: a expansão, como forma de adição de informações para facilitar a compreensão; a redução, que consiste na eliminação de detalhes técnicos irrelevantes; e a variação, que compreende as mudanças na forma de apresentação do discurso científico (Grillo, Giering; Motta-Roth, 2016, p. 6).

Em contraposição, os autores mencionam Zamboni (2001), a qual defende que o discurso relatado, proposto por Authier-Revuz (1998 [1982]), isto é, o discurso reformulado e traduzido ao público leigo, não é de uso exclusivo da divulgação científica, mas está presente também em outros gêneros discursivos, como o jornalístico, o político ou o jurídico, por exemplo. Além disso, a autora argumenta que o discurso dos cientistas já passa por um processo de simplificação do enunciado antes mesmo de chegar a públicos diversos e que a divulgação científica é um gênero específico de discurso que adapta a ciência para o público leigo. Enquanto Authier-Revuz (1998

---

<sup>1</sup> Apesar de perspectivas semelhantes, não confundir com o conceito de *tradução de conhecimento*, bastante difundido nas ciências da saúde. Para mais detalhes acerca desse conceito, ver Reis (2019).

[1982]) entende a heterogeneidade discursiva como a simultaneidade entre o discurso científico e o discurso cotidiano, Zamboni (2001) analisa como o divulgador, normalmente caracterizado pela mídia jornalística, trabalha ativamente sobre o discurso científico. Ou seja, enquanto a primeira defende a heterogeneidade do discurso como uma interação entre diferentes vozes, a segunda entende que ela é também um processo criativo e ativo do meio divulgador, que molda a informação científica para torná-la compreensível ao público.

Além dessas abordagens, Grillo, Giering e Motta-Roth (2016) também apresentam a visão de Charaudeau (2008), que enfatiza que a divulgação científica não é uma tradução, mas sim uma construção dependente da encenação midiática, e a de Grillo (2013), sob o olhar da metalinguística bakhtiniana, que propõe que a divulgação científica é um processo de mediação dialógica entre a esfera científica e outras esferas da sociedade, destacando a importância do contexto cultural e ideológico na recepção da ciência pelo público.

De modo geral, todas essas definições evidenciam o objetivo de disseminar o conhecimento científico de forma a alcançar diferentes camadas sociais, garantindo sua compreensão e aplicabilidade através de um processo de democratização da informação. A esse processo, a literatura dá o nome de *acesso à informação* (ver Pereira; Koshiyama, 2017), vinculado principalmente aos direitos à cidadania e à informação.

Amparado tanto pelo direito interno – expresso, por exemplo, no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988 – quanto pelo direito internacional – disposto, por exemplo, no art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos –, o acesso à informação constitui um *direito fundamental* de promoção e garantia da cidadania, uma vez que possibilita aos indivíduos não inseridos na esfera científica a participação de maneira informada nos processos decisórios que afetam suas vidas, incluindo aqueles relacionados à gestão da(s) língua(s).

Logo, compreende-se, em concordância com Brambilla (2015, p. 107), que “a democratização das sociedades se constrói também com a democratização das informações, do conhecimento, da formulação e debate de ideias”. No entanto, o acesso à informação vai muito além de uma atuação passiva daqueles que produzem o conhecimento científico: é necessário um trabalho ativo de *comunicação pública*.

Nesse sentido, Piccoli (2023) estabelece que a comunicação pública trata das diferentes formas de aproximação da ciência com a sociedade de modo que o conhecimento científico seja compreendido e valorizado pelo público não especializado. O autor apresenta três modelos em

que essa comunicação pode acontecer: o modelo do *déficit*, no qual a transmissão da informação acontece de forma didática e de maneira unilateral, ou seja, do cientista para o público; o modelo do *déficit complexo*, no qual, além da transmissão da informação, o público deve valorizar o conhecimento científico; e o modelo *democrático*, no qual há uma comunicação interativa e participativa do público não especializado e o conhecimento é construído coletivamente (Piccoli, 2023).

Para disseminar e popularizar a ciência, é fundamental considerar os meios que tornam isso possível. Logo, podemos destacar a divulgação científica que ocorre por meio de congressos, comunicações orais, colóquios, exposições, revistas acadêmicas etc. No entanto, Marcuzzo (2024) explica que tais ações não fazem parte da popularização do conhecimento científico, uma vez que são “endereçoados, produzidos e consumidos em outra esfera de comunicação humana – a esfera acadêmico-científica” (Marcuzzo, 2024, p. 60). Assim, cabe à esfera jornalística fazer a distribuição desse conhecimento ao público geral ou não especializado. Neste ponto, vamos além dessa perspectiva ao atribuir esse papel não somente à esfera jornalística, mas também às políticas públicas e organizações de fomento que objetivam o aperfeiçoamento contínuo da ciência e tecnologia, como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Historicamente, Marcuzzo (2024) apresenta três fases da popularização da ciência. Na primeira, com início no século XVII, a ciência passou por um processo de aceitação pública e teve como principais envolvidos os cientistas e as associações científicas que transmitiam o conhecimento científico para o público geral, partindo daqueles que detinham esse conhecimento para aqueles que eram considerados ignorantes do tema. Na segunda fase, já no século XX, o público passa a ser enfatizado e não apenas tido como ignorante em termos científicos; no entanto, não participa ativamente da popularização, pois o processo continua partindo da ciência para a sociedade – este período ficou conhecido como “conhecimento público da ciência”. Nesta fase, a ciência chega à sociedade, porém não há manifestações de ações sociais efetivas considerando o conhecimento popularizado.

Finalmente, na terceira fase, ocorre uma quebra no processo unidirecional de produção do conhecimento, possibilitando a participação pública na ciência, uma vez que se destaca o movimento de “entendimento público da ciência”, e tornando a popularização cada vez mais socializada com o avanço das tecnologias da informação e mídias interativas que permitem que a

ciência faça parte da vida cotidiana das pessoas (Marcuzzo, 2024, p. 61). Ainda, Marcuzzo (2024) destaca que os objetivos da popularização da ciência atingem três esferas: i) a educacional, na qual há a produção e o domínio do conhecimento de modo a tornar a ciência mais compreensível e acessível; ii) a cívica, a qual permite a formação de opinião pública; e iii) a mobilização popular, na qual há participação ativa da sociedade na formulação de políticas públicas (Marcuzzo, 2024).

Conforme anteriormente mencionado, a popularização da ciência trata da disseminação do conhecimento científico a outras camadas sociais em um modelo horizontal. É, de certa maneira, uma ciência construída de forma popular. A Linguística, por outro lado, “se ergueu como ciência a partir de um certo repúdio ao senso comum a respeito da linguagem” (Rajagopalan, 2003, p. 102), resultando na exclusão do público geral. Tomada como disciplina científica desde o início do século XX, com seu fundamento inicial na publicação do Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure, a Linguística enfrenta, historicamente, um paradoxo: apesar de todos utilizarem línguas diariamente, existe uma distância considerável entre a produção de conhecimento científico sobre línguas e as concepções populares sobre linguagem.

Esse distanciamento, no entanto, vem sendo gradualmente reduzido nos últimos anos através de iniciativas que buscam tornar o conhecimento linguístico acessível e relevante para diferentes camadas sociais, sobretudo em trabalhos que abordam aspectos sobre a educação linguística (ver Alves *et al.*, 2022) e que envolvem plataformas digitais como meio de divulgação (ver Hochsprung, 2023). Essa construção de um conhecimento linguístico que valoriza tanto o saber científico quanto os saberes das comunidades linguísticas representa um avanço importante nessa direção. Ao reconhecer que os falantes possuem conhecimentos valiosos sobre suas próprias línguas, torna-se possível que a pesquisa linguística contemporânea adote abordagens mais inclusivas e participativas, permitindo que a produção de conhecimento seja um processo mais horizontal e democrático.

Nesse sentido, pode-se assumir que a linguística está presente nas três esferas da divulgação científica (Marcuzzo, 2024), a saber: na *educacional*, ao promover, por exemplo, políticas de ensino multilíngue e valorização de línguas indígenas e de sinais no âmbito escolar; na *cívica*, ao fundamentar discussões sobre direitos, acessibilidade e inclusão linguística e social; e na *mobilização popular*, ao fomentar iniciativas de preservação das línguas ameaçadas e de reconhecimento da diversidade linguística. Logo, a popularização da linguística pode resultar em



ações orientadas à promoção e garantia da cidadania da população de diferentes camadas sociais, das quais muitos estão sujeitos à marginalidade linguística.

Dentro desses conceitos, compreende-se, neste artigo, como imprescindível o papel da UNESCO no que diz respeito à popularização dos conhecimentos linguísticos, uma vez que a organização disponibiliza a plataforma online do Atlas UNESCO das Línguas do Mundo e o torna público e acessível a diversas camadas sociais, compartilhando informações acerca do cenário linguístico de seus Estados-membros – além da relevância da Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo, que coordena o projeto para a Seção das Línguas Brasileiras.

Dessa forma, será abordada, na seção seguinte, a metodologia do Atlas UNESCO das Línguas do Mundo de forma a discutir como as informações científicas coletadas pelos pesquisadores envolvidos no projeto chegam a diferentes camadas sociais. Além do público leigo, essas informações podem alcançar instâncias governamentais dos Estados-membros da UNESCO e contribuir para a compreensão da situação linguística e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as questões linguísticas de cada Estado-Nação.

### 3 O Atlas UNESCO

O *UNESCO World Atlas of Languages*<sup>2</sup> (Atlas UNESCO das Línguas do Mundo) é uma plataforma online, aberta ao público, que busca documentar as línguas orais e de sinais dos Estados-membros da UNESCO a partir de uma abordagem multidimensional. A ferramenta expõe a diversidade linguística global por meio de um vasto conjunto de informações sobre as línguas, apresentando tanto dados quantitativos quanto qualitativos. O *World Atlas of Languages* (doravante WAL) surgiu em 2014 a partir de um projeto já existente na UNESCO, o *Atlas das Línguas do Mundo em Perigo*, que teve três edições (1996, 2001 e 2010) com o objetivo de mapear o maior número possível de línguas ameaçadas no mundo utilizando a escala de vitalidade da UNESCO. A última edição contou com um formato online, disponível não apenas para

---

<sup>2</sup> A plataforma online do *World Atlas of Languages* está disponível em: <https://en.wal.unesco.org/world-atlas-languages>. Acesso em: 17 fev. 2025.



especialistas, mas também para o público interessado. Com o WAL, o foco é alterado e uma grande parte das línguas passa a ser documentada (Romeira, 2024).

No Brasil, especificamente, o WAL está sob a responsabilidade da Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo (doravante UCLPM), sediada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, sob a coordenação do professor Dr. Gilvan Müller de Oliveira. A UCLPM abrange 17 países, 34 universidades, além de redes especializadas, institutos, entre outros. A Cátedra tem convênios com universidades espalhadas por todo o país. Dessa forma, assim como a UCLPM é uma rede integrada que conta com o apoio de diversos pesquisadores, o WAL também se apresenta como um trabalho colaborativo.

A plataforma WAL abriga dados provenientes da aplicação de um questionário que procura reunir informações sobre a *dimensão, status, filiação, funções e usuários das línguas*. O questionário, elaborado por uma equipe especializada da própria UNESCO, conta com 30 questões para as línguas orais e 27 para as línguas de sinais. Segundo Sarate (2024), as questões apresentadas no documento são inter-relacionadas, isto é, o questionário pode ser dividido da seguinte maneira: i) *questões sobre a língua*, de cunho qualitativo, que abordam o *status* da língua, a definição genética, a disponibilidade de materiais na língua etc.; ii) *questões sobre os usuários da língua* em uma perspectiva mais quantitativa, discutindo o número de usuários, a proporção de usuários na população total, na comunidade de referência, entre outros; iii) *questões sobre a dimensão da língua*, que discutem o escopo sociogeográfico e socioeconômico; e iv) *questões sobre o uso da língua*, em uma perspectiva qualitativa, com perguntas acerca de seu uso na administração, na educação formal, entre outros espaços.

As informações do questionário, que, posteriormente à aplicação, irão para a plataforma, são fornecidas por pesquisadores da língua ou da comunidade de referência em conjunto com pelo menos um falante da língua. Dessa forma, os falantes são protagonistas juntamente com os pesquisadores, podendo fornecer informações mais precisas, especialmente para línguas sobre as quais não existem muitas produções acadêmicas. Essa abordagem permite uma participação ativa na construção do conhecimento científico ao coletar as informações linguísticas de cada língua pesquisada, consolidando o princípio de uma produção horizontal e bidirecional. Isso possibilita não apenas a formação de opinião pública a respeito das línguas pesquisadas, mas também a mobilização ativa das comunidades de falantes. Sarate (2024) também orienta que, no questionário, devem ser disponibilizadas todas as informações encontradas sobre a língua, ainda

que não oriundas de pesquisas acadêmicas, visto que dados gerados de forma não oficial também devem ser valorizados para a construção do conhecimento científico que busca a participação ativa da sociedade.

Observando as inúmeras vantagens da plataforma WAL para o contexto da diversidade linguística global, destacamos que, no Brasil, sua relevância é fundamental, pois o Estado não possui uma ferramenta digital que disponibilize dados sobre as línguas brasileiras de uma forma conjunta e completa. Apesar de haver investigações da Linguística e, especialmente, de outras áreas das ciências humanas que estudam línguas ou comunidades minorizadas, essas análises geralmente focam em algum aspecto específico, enquanto a plataforma WAL reúne informações que fornecem um panorama extenso sobre a língua, permitindo a compreensão acerca de sua vitalidade de um modo integrado e acessível. Nesse sentido, as informações se complementam e, justamente por estarem reunidas em um único lugar, expõem de forma mais simplificada ao público menos especializado os aspectos que fortalecem e enfraquecem uma língua.

O WAL fornece uma série de dados inéditos para as línguas brasileiras. Um dos mais significativos é o número de falantes das línguas. Atualmente, o Brasil contempla, no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,) apenas as línguas indígenas. Através da plataforma WAL, teremos esses dados também sobre as outras línguas. Conforme Muller (2009), o Brasil apresenta mais de 200 línguas, dentre elas as línguas de imigração, línguas de sinais, línguas indígenas etc. Dessa forma, a plataforma WAL escancara a diversidade linguística do país, que, anteriormente, ficava restrita ao meio acadêmico e a um público especializado e não atingia sequer os próprios falantes das línguas minorizadas no território brasileiro. Com o WAL, as informações ficam condensadas em uma plataforma aberta, possibilitando a visualização dos dados de forma didática e com participação de todos os interessados.

Em um país como o Brasil, onde a ideia de monolinguismo foi perpetuada através da língua portuguesa como símbolo de um nacionalismo, trazer à luz essas informações permite a uma maior percepção da diversidade linguística, colocando foco não apenas nas línguas indígenas, que recentemente têm obtido mais visibilidade por terem sido reconhecidas legalmente na Constituição de 1988 – e, conseqüentemente, ensinadas nas escolas indígenas locais –, mas

também para as línguas de imigração, que vêm avançando gradativamente no Brasil a partir do movimento de cooficializações em níveis municipal e estadual<sup>3</sup>.

Ainda em termos de benefícios da popularização dos dados das línguas pertencentes ao Brasil, destacamos que a plataforma WAL também torna visíveis as línguas que possivelmente precisam de maior atenção do Estado e, portanto, de políticas públicas. Inúmeras línguas apresentam poucos falantes e têm perdido suas funções, o que expõe a urgência de políticas linguísticas de revitalização, pouco exploradas no Brasil. Posteriormente, esses dados fornecerão um panorama das línguas brasileiras, podendo ser utilizados até mesmo para alertar as próprias comunidades dos riscos de desaparecimento de sua língua. Ao proporcionar dados sobre a língua, como o seu número de falantes e o seu uso por gerações, por exemplo, torna-se possível articular ações entre pesquisadores, instituições públicas e comunidades falantes visando à promoção e à valorização dessas línguas, facilitando a comunicação e a discussão sobre formas de intervenção. Essa articulação pode assumir a forma de movimentos sociais, leis de cooficialização, produção de materiais, cartilhas informativas etc. em parceria com as comunidades de falantes.

Nessa perspectiva de contribuições, o WAL apresenta, nas questões de uso da língua, o espaço que as línguas ocupam no ciberespaço, colaborando para a compreensão de que é necessário equipar as línguas para estarem presentes na internet, não apenas nos meios de comunicação pessoal, como *WhatsApp* ou *Telegram*, mas também em redes sociais, permitindo uma maior circulação da língua, que pode, ao longo do tempo, ganhar espaço e se fortalecer na própria comunidade e no mundo, já que no ciberespaço não existem fronteiras. Atualmente, no Brasil, há 58 línguas de imigração e indígenas que são cooficializadas em níveis municipal e estadual (Matos, 2024). No entanto, a maior parte dessas línguas ainda não possui recursos nos meios digitais, como, por exemplo, os tradutores, o que pode comprometer sua vitalidade. Nesse sentido, acreditamos que o panorama fornecido pelo WAL, ao apontar as carências dessas línguas nos meios de comunicação, pode servir de alerta e incentivo para que as comunidades ampliem os espaços de uso da língua e impulsionem movimentos sociais de valorização linguística.

A UCPLM no Brasil apresenta um trabalho de coleta de dados realizado juntamente com os falantes nativos das línguas. Os representantes das comunidades são convidados a participar

---

<sup>3</sup> Para mais informações acerca de cooficialização de línguas no Brasil em níveis municipal e estadual, ver Heine e Penkal (2024) e Rabelo, Simas e Oliveira (2024), respectivamente. Para acessar a base de dados das normas jurídicas responsáveis pela cooficialização de línguas no Brasil, consultar o Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas (Matos, 2024).

e, com os pesquisadores, podem gerar dados precisos para responder ao questionário, tornando-se, também, pesquisadores da própria língua. Esse trabalho integrado coloca a academia em contato direto com a comunidade, popularizando o conhecimento da linguística e evidenciando que muitas das informações que os falantes possuem, em razão de estarem inseridos nas comunidades e utilizarem a língua, são de extrema importância para a vitalidade dessa língua, já que o saber não acadêmico também é considerado imprescindível na metodologia do WAL.

Na seção brasileira do WAL, os questionários estão sendo preenchidos por todos os que demonstram interesse na participação. Ainda, o projeto conta com parcerias fundamentais para o seu desempenho, como o Grupo de Trabalho de Geopolítica do Multilinguismo da UFSC, vinculado à UCPLM, e a Década Internacional dos Povos Indígenas, que mantém a articulação do diálogo entre os indígenas falantes das línguas que contribuem com a pesquisa e os pesquisadores das línguas, além de inúmeros outros profissionais que cooperam na árdua tarefa de popularizar o conhecimento sobre a diversidade linguística brasileira. Para países como o Brasil, nos quais prevalece a ideologia monolíngue e pouca atenção é dada à diversidade linguística, a plataforma WAL nos mostra o que precisa ser feito e serve como um alerta que não se limita a alguns órgãos do governo ou a um público específico, mas se estende a toda a sociedade brasileira.

Dessa forma, a plataforma WAL se configura como um importante recurso digital contemporâneo que permite não só realizar o diagnóstico da diversidade linguística, mas também (re)pensar as políticas linguísticas – ou a ausência delas – em um quadro comparativo, observando, inclusive, as estratégias adotadas em diferentes países para a promoção das línguas. Além disso, é imprescindível que essas informações sejam abertas a todos os públicos de forma acessível, e, através da plataforma WAL, isso se torna viável, uma vez que o site mantém todas as informações públicas, com participação ativa dos próprios falantes das línguas, possibilitando a mobilização de comunidades que, muitas vezes, têm pouco ou nenhum acesso às informações sobre sua própria língua.

### Considerações Finais

A divulgação científica tem evoluído, progressivamente, de um modelo unidirecional e vertical, que transmite o conhecimento científico à sociedade, para uma abordagem mais bidirecional e horizontal, que preza pela participação ativa da sociedade em sua produção. Nesse

contexto, a Linguística, enquanto campo científico consolidado há cerca de um século, tem buscado traçar estratégias para superar seu distanciamento histórico e alcançar as diversas camadas sociais, compartilhando seus saberes tanto nas esferas educacional e cívica quanto na esfera de mobilização popular. Mais recentemente, o *World Atlas of Languages* (WAL) tem se dedicado à popularização do conhecimento linguístico por meio dos dados gerados por sua metodologia colaborativa e participativa e por sua disponibilização digital e aberta ao público.

Assim, o WAL promove a pesquisa conjunta entre pesquisadores e falantes das comunidades linguísticas e disponibiliza, em uma plataforma digital da UNESCO, dados sobre a dimensão, status, filiação, funções e usuários das línguas, permitindo que um público não especializado tenha acesso às informações acerca da diversidade linguística dos Estados-membros da UNESCO. Além disso, a seção das línguas brasileiras, coordenada pela Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo, abre portas para futuras ações de planejamento e política linguística para o cenário multilíngue do Brasil, o qual possui uma inestimável diversidade de línguas indígenas, de imigração, afro-brasileiras, de sinais, entre outras.

No entanto, apesar da divulgação e popularização da linguística ser imprescindível não apenas para o acesso ao conhecimento científico da área por diversas camadas sociais, mas também para a construção de uma ciência mais participativa, essas iniciativas ainda enfrentam limitações, visto que existe uma nítida carência de estudos que ampliem as discussões teóricas e práticas sobre o tema. Ainda, observa-se uma escassez de pesquisas linguísticas que dialoguem com as comunidades e as tornem protagonistas durante o processo.

Dessa forma, esperamos que este artigo possa contribuir para pesquisas futuras sobre divulgação científica e popularização da linguística que visem a destacar o caráter participativo da produção do conhecimento e a difundir sobre as mais variadas frentes de atuação, como, por exemplo, a diversidade linguística. Promover a diversidade linguística em países como o Brasil é um passo indispensável na garantia da cidadania a falantes que possivelmente enfrentam barreiras no acesso a serviços essenciais em razão da língua. Portanto, é fundamental que novas pesquisas ampliem a popularização do conhecimento linguístico para assegurar que os estudos da área cheguem aos diferentes públicos e que façam parte da vida de todo cidadão por meio de uma produção de conhecimento conjunta.

#### CRediT

**Reconhecimentos:** Programa de Excelência Acadêmica (CAPES/PROEX) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

**Financiamento:** Não é aplicável.

**Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

**Aprovação ética:** Não aplicável

**Contribuições dos autores:**

Conceitualização, Investigação, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: SARATE, Kerolyn Sarate.

Conceitualização, Investigação, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: OLIVEIRA, Emanuelli Vieira de.

Conceitualização, Investigação, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: CAMPOS, Gabriel Plácido.

#### Referências

ALVES, M. C. dos S.; HANISCH, C. V.; CORDEIRO-OLIVEIRA, S.; GOMES, E. F. de O. Popularização da Linguística na formação de professores no Acre: ensino, pesquisa e extensão. *Cadernos de Linguística*, v. 3, n. 2, p. 1-23, 2022.

AUTHIER-REVUZ, J. A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica. In: *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. E. P. Orlandi *et al.* Campinas: Ed. da Unicamp, 1998 [1982]. p. 107-131.

BRAMBILLA, S. D. S. Informação legislativa, acesso e cidadania. *Em Questão*, v. 21, n. 3, p. 106-129, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

CATALDI, C. A divulgação da ciência na mídia impressa: um enfoque discursivo. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. de S.; CATALDI, C. (Orgs.). *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa: Ed. UFV, 2007. p. 155-164.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coord. da Trad. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, N.; GOMES, I. N. O Público da Divulgação Científica no Paradigma da Cultura Participativa. *Ação Midiática*, n. 7, p. 1-15, 2014.

GRILLO, S. V. de C. *Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros*. 2013. 333 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GRILLO, S. V. de C.; GIERING, M. E.; MOTTA-ROTH, D. Perspectivas discursivas da divulgação/popularização da ciência. *Bakhtiniana*, v. 11, n. 2, p. 3-13, 2016.

HOCHSPRUNG, V. Divulgação Científica: Notas sobre Popularização da Linguística na Internet e na Sala de Aula. In: SIBALDO, M. A. (Org.). *Ensino de línguas: propostas e relatos de experiência*. São Paulo: Blucher, 2023. p. 113-130.

MARCUZZO, P. Práticas para a popularização da ciência em Linguística Aplicada. *PROLÍNGUA*, v. 19, n. 2, p. 59-67, 2025.

MATOS, M. P. S. R. *Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas*. [Base de dados]. Brasil: Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, 29 dez. 2024. Disponível em: <https://direitolinguistico.com.br/repositorio>. Acesso em: 17 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 17 set. 2025.

PEREIRA, I. S.; KOSHIYAMA, D. Democratização do acesso à informação científica pela biblioteca do Instituto do Cérebro/UFRN. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 13, p. 1004-1016, 2017.

PICCOLI, M. S. de Q.; STECANELA, N. Popularização da ciência: uma revisão sistemática de literatura. *Educação e Pesquisa*, v. 49, p. 1-20, 2023.

RABELO, A. O.; SIMAS, H. C. P.; OLIVEIRA, M. de. Políticas linguísticas de proteção das línguas no Amazonas, Brasil. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 20, n. 58, p. 61-83, 2024.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma Linguística Crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

REIS, J. C. O agente de conhecimento perspectivas no âmbito da tradução do conhecimento na saúde pública. *P2P & Inovação*, v. 6, n. 1, p. 126-132, 2019.

ROMEIRA, M. F. *O Futuro das Línguas no Brasil: Uma análise da Seção Brasileira do Atlas UNESCO das Línguas do Mundo e da Lista de Línguas Brasileiras*. 2024. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

HEINEN, A. P.; PENKAL, L. .L. Políticas linguísticas e a língua Talian. *Uniletras*, v. 46, p. 1-19, 2024.

OLIVEIRA, G. M. de. Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística. *Synergies Brésil*, v. 7, p. 19-26, 2009.

SARATE, K. P. Atlas UNESCO das línguas do mundo: orientações para a seção de línguas brasileiras. Florianópolis: UFSC, 2024. [E-book]. Disponível em: <https://geomultling.ufsc.br/wp-content/uploads/2024/12/Atlas-UNESCO-das-Linguas-do-Mundo.-Orientacoes-para-a-secao-de-Linguas-Brasileiras.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

ZAMBONI, L. M. S. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas: Autores Associados; Fapesp, 2001.